



INSTITUTO DE
PREVIDÊNCIA
DO MUNICÍPIO DE CANINDÉ

RELATÓRIO CONTROLE INTERNO

2023.1

1. INTRODUÇÃO

O presente relatório de controle interno refere-se ao exercício de 2023, período de janeiro a junho do presente exercício e apresenta o monitoramento dos pontos de controle dos processos do IPMC CANINDÉ, bem como o monitoramento da conformidade das ferramentas de governança e programas de gestão, emitindo, ao final, recomendações, se necessário.

2. GERENCIAMENTO PONTOS DE CONTROLE

O trabalho do Controle Interno tem como objetivo assegurar o alcance dos objetivos, por meio da identificação antecipada dos possíveis eventos de risco que poderiam ameaçar o processo, tais como cumprimento de prazos, leis e regulamentos etc., implementação de uma estratégia que minimize o consumo intenso de recursos para solução de problemas quando esses surgem inesperadamente, bem como a melhoria contínua dos processos organizacionais. Será analisado a luz do Manual do Pro-gestão RPPS se as ações se estão em conformidade e as oportunidades de melhorias, pois a UG IPMC CANINDÉ, tem o objetivo obter a Certificação Institucional PRÓ-GESTÃO RPPS no nível I e inclusive já enviou o Termo de adesão pelo CADPREV.

Nesse propósito de monitoramento e avaliação da adequação dos processos às normas e procedimentos estabelecidos pela gestão, o presente relatório, aborda os pontos de controle dos processos abaixo:

- ✓ Administrativo e Financeiro;
- ✓ Investimentos;
- ✓ Previdência;
- ✓ e as Aderências das ações.

O Controlador Interno faz parte do quadro de pessoal da Prefeitura Municipal de CANINDE-CE. É graduado em Contabilidade e Recursos Humanos e Pós – Graduado em MBA em Gestão Pública. Foi vereador por três legislaturas, tendo exercido a presidência da Câmara Municipal de Canindé. Exerceu diversos cargos públicos,

dentre eles: Secretário de Administração, Planejamento e Finanças de Pedra Branca (CE), além de assessor dos municípios de São Benedito, Graça, Mucambo, Cariré, Forquilha, Uruburetama, Tururu. e do Consórcio de Saúde da Microrregião de Canindé.

Link da Biografia e certificações: <https://urx1.com/biografiaedocumentos>

Link da Portaria de Nomeação: <https://11nq.com/nomeacao>

3. ADMINISTRATIVO E FINANCEIRO

3.1. TAXA DE ADMINISTRAÇÃO

3.1.1 Limite legal da despesa administrativa

A Lei Municipal nº 1918/2006, em seu art. 13, §3º, diz que as despesas administrativas do Regime Próprio de Previdência Social do Município CANINDE-CE serão de 2% (dois por cento) da totalidade da remuneração de contribuição dos proventos e pensões dos segurados e beneficiários vinculados ao Regime Próprio de Previdência Social, com base no exercício financeiro anterior.

Link de acesso: <https://11nq.com/lei19182006>

Tendo em vista o apresentado no DIPR do ano de 2022, o valor total da remuneração é de R\$ 129.937.916,58. Dessa forma, a taxa de administração prevista para a Autarquia é de R\$ 2.598.758,33 (Dois milhões, quinhentos e noventa e oito mil, setecentos e cinquenta e oito reais e trinta e três centavos).

De janeiro a junho de 2023 os gastos com despesas administrativas totalizaram R\$ 832.586,09 (oitocentos e trinta e dois mil, quinhentos e oitenta e seis reais e nove centavos), perfazendo um percentual de 32,04% de utilização, conforme demonstrado na tabela abaixo, e está dentro do limite fixado em lei.



MÊS	VALOR
JAN	R\$ 83.486,06
FEV	R\$ 130.350,65
MAR	R\$ 151.268,10
ABR	R\$ 132.707,02
MAI	R\$ 198.712,99
JUN	R\$ 136.061,27
TOTAL	R\$ 832.586,09

3.1.2. Fases da Despesa

O art. 60 da Lei nº 4.320/64 estabelece que “é vedada a realização de despesa sem prévio empenho”. Despesas sem a prévia emissão de empenho constituem despesas irregulares, que ofendem a tríade do gasto público (empenho-liquidação-pagamento), a qual deve ser obrigatoriamente seguida pelos Ordenadores de Despesas, na gerência dos recursos públicos, em determinação aos ditames do art. 60 da Lei nº 4.320/1964.

Embora, em situações específicas, haja a possibilidade legal de dispensa do documento denominado Nota de Empenho, que apenas materializa a garantia de pagamento assegurada pela relação contratual entre a Administração Municipal e o particular, jamais poderá ser dispensado o ato de empenhar.

No período analisado deste relatório não houve no IPMC CANINDÉ nenhuma despesa realizada sem a observância da tríade do gasto público (empenho-liquidação-pagamento).

3.2. ARRECADAÇÃO – REPASSES E CONTRIBUIÇÕES

Foram analisados os Demonstrativos de Informações Previdenciárias e Repasses - DIPR do exercício 2023 referente ao primeiro semestre.

No período analisado foi constatado não haver repasse integral das obrigações patronal conforme apresentado nas tabelas abaixo relacionadas.



**INSTITUTO DE
PREVIDÊNCIA
DO MUNICÍPIO DE CANINDÉ**

3.2.1. PREFEITURA MUNICIPAL

<i>MÊS</i>	<i>BASE DE CONTRIBUIÇÃO</i>	<i>PATRONAL (Repass)</i>	<i>SERVIDOR (Repass)</i>	<i>REPASSES TOTAL</i>
<i>JAN</i>	R\$ 7.495.039,15	R\$ 615.677,80	R\$ 797.143,95	R\$ 1.412.821,75
<i>FEV</i>	R\$ 8.091.325,59	R\$ 881.104,29	R\$ 881.104,29	R\$ 1.762.208,58
<i>MAR</i>	R\$ 8.091.294,90	R\$ 128.494,08	R\$ 128.494,08	R\$ 256.988,16
<i>ABR</i>	R\$ 8.101.805,38	R\$ 128.740,02	R\$ 128.740,02	R\$ 257.480,04
<i>MAI</i>	R\$ 8.181.211,39	R\$ 130.680,26	R\$ 130.680,26	R\$ 261.360,52
<i>JUN</i>	R\$ 8.189.827,20	R\$ 130.783,97	R\$ 130.783,97	R\$ 261.567,94
TOTAL	R\$ 51.477.578,25	R\$ 2.015.480,42	R\$ 2.196.946,57	R\$ 4.212.426,99

3.2.2. CAMARA MUNICIPAL

<i>MÊS</i>	<i>BASE DE CONTRIBUIÇÃO</i>	<i>PATRONAL (Repass)</i>	<i>SERVIDOR (Repass)</i>	<i>REPASSES TOTAL</i>
<i>JAN</i>	R\$ 35.505,18	R\$ 4.970,64	R\$ 4.970,64	R\$ 9.941,28
<i>FEV</i>	R\$ 38.744,58	R\$ 5.424,15	R\$ 5.424,15	R\$ 10.848,30
<i>MAR</i>	R\$ 40.699,82	R\$ 5.697,90	R\$ 5.697,90	R\$ 11.395,80
<i>ABR</i>	R\$ 39.971,40	R\$ 5.595,95	R\$ 5.595,95	R\$ 11.191,90
<i>MAI</i>	R\$ 39.971,40	R\$ 5.595,95	R\$ 5.595,95	R\$ 11.191,90
<i>JUN</i>	R\$ 53.324,38	R\$ 7.465,32	R\$ 7.465,32	R\$ 14.930,64
TOTAL	R\$ 248.216,76	R\$ 34.749,91	R\$ 34.749,91	R\$ 69.499,82



3.2.3. SAAE

<i>MÊS</i>	<i>BASE DE CONTRIBUIÇÃO</i>	<i>PATRONAL (Repasse)</i>	<i>SERVIDOR (Repasse)</i>	<i>REPASSES TOTAL</i>
<i>JAN</i>	R\$ 200.704,61	R\$ 28.098,35	R\$ 28.098,35	R\$ 56.196,70
<i>FEV</i>	R\$ 202.991,75	R\$ 28.418,59	R\$ 28.418,59	R\$ 56.837,18
<i>MAR</i>	R\$ 200.964,22	R\$ 28.134,73	R\$ 28.134,73	R\$ 56.269,46
<i>ABR</i>	R\$ 203.555,72	R\$ 28.497,53	R\$ 28.497,53	R\$ 56.995,06
<i>MAI</i>	R\$ 187.312,43	R\$ 28.422,16	R\$ 28.422,16	R\$ 56.844,32
<i>JUN</i>	R\$ 224.564,73	R\$ 31.438,80	R\$ 31.438,80	R\$ 62.877,60
TOTAL	R\$ 1.220.093,46	R\$ 173.010,16	R\$ 173.010,16	R\$ 346.020,32

3.2.3. RPPS

<i>MÊS</i>	<i>BASE DE CONTRIBUIÇÃO</i>	<i>SERVIDOR (Recolhimento)</i>
<i>JAN</i>	R\$ 583.385,07	R\$ 81.673,91
<i>FEV</i>	R\$ 815.222,14	R\$ 114.131,10
<i>MAR</i>	R\$ 815.222,14	R\$ 114.131,10
<i>ABR</i>	R\$ 816.791,43	R\$ 114.350,80
<i>MAI</i>	R\$ 809.945,43	R\$ 113.392,36
<i>JUN</i>	R\$ 812.033,21	R\$ 113.684,65
TOTAL	R\$ 5.121.285,42	R\$ 716.979,96

4. PREVIDÊNCIA

4.1. AVALIAÇÃO ATUARIAL

O DRAA referente ao Exercício 2023 fora enviado à Secretaria de Previdência do Ministério da Economia em 28/07/2023, o que aconteceu fora do prazo regular de envio.

Link de acesso: <https://11nk.dev/draacaninde>

4.2. CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS

No primeiro semestre do exercício de 2023, o IPMC CANINDÉ concedeu aposentadorias e pensões por morte, conforme quadro abaixo. Após auditoria no processo de concessão de benefícios não foram encontradas irregularidades.

<i>MÊS</i>	<i>APOSENTADORIA</i>	<i>PENSÃO</i>	
<i>JAN</i>	00	01	
<i>FEV</i>	01	02	
<i>MAR</i>	02	01	
<i>ABRIL</i>	01	01	
<i>MAIO</i>	01	00	
<i>JUN</i>	01	02	
<i>TOTAL</i>	06	07	13

Ainda durante o primeiro semestre de 2023, o IPMC CANINDE gastou com benefícios, conforme tabela abaixo. Apesar dos valores dos benefícios serem previstos no final do ano de 2022, os valores pagos ultrapassam aquilo previsto na Lei de Diretrizes Orçamentárias – LOA.

MÊS

APOSENTADORIA

PENSÃO

JAN	R\$ 2.154.939,51	R\$ 254.375,55	
FEV	R\$ 2.381.678,87	R\$ 248.849,36	
MAR	R\$ 2.383.741,36	R\$ 249.256,20	
ABRIL	R\$ 2.385.616,04	R\$ 341.719,95	
MAIO	R\$ 2.408.685,56	R\$ 260.427,88	
JUN	R\$ 2.398.674,53	R\$ 428.662,98	
13º (1ª parcela)	R\$ 1.184.842,09	R\$ 126.918,19	
TOTAL	R\$ 15.298.177,96	R\$ 1.910.210,11	R\$ 17.208.388,07

4.3 COMPENSAÇÃO PREVIDENCIÁRIA

No período analisado deste relatório, o IPMC arrecadou como receita de compensação previdenciária o montante de R\$ 9.418.789,68 (Nove milhões, quatrocentos e dezoito mil, setecentos e oitenta e nove reais e sessenta e oito centavos), valor bem diferente daquilo arrecadado no ano de 2022, tendo em vista que o fluxo atrasado aumentou consideravelmente, passando de 34 para 246 processos compensados mensalmente.

MÊS

APOSENTADORIA

JAN	R\$ 15.304,76
FEV	R\$ 5.634.470,02
MAR	R\$ 1.076.347,85
ABRIL	R\$ 895.533,91
MAIO	R\$ 1.661.345,13
JUN	R\$ 135.788,01
TOTAL	R\$ 9.418.789,68

4.4. CERTIFICADO REGULARIDADE PREVIDENCIÁRIA – CRP

O CRP da do Município de CANINDE -CE /CE esteve regular durante o Exercício 2011, e desde então não houve renovação nem por via administrativa nem judicial.

Link de acesso: <https://acesse.one/crpcaninde>

4.5. APROVAÇÃO DA POLÍTICA DE INVESTIMENTOS

4.5.1 Elaboração e aprovação da Política de Investimentos

A Política de Investimentos do exercício de 2023 foi aprovada pelo Conselho Deliberativo e enviada em 16/01/2023, dentro do prazo exigido em lei.

Link de acesso: <https://ury1.com/politicaeinvestimentos2023>

É acompanhada mensalmente através dos relatórios:

Link de acesso: <https://ury1.com/relatoriosinvestimentos>

4.6 CREDENCIAMENTO DE INSTITUIÇÕES

4.6.1. Credenciamento de gestores, administradores e distribuidores dos fundos de investimentos e demais instituições escolhidas para receber as aplicações.

O credenciamento dos gestores, administradores e distribuidores detentores de aplicações do RPPS é feito conforme Legislação vigente. Foi verificado, através de análise dos termos de credenciamento vigentes para o exercício 2023 do Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal.

Todos os relatórios e documentos do CREDENCIAMENTO podem ser verificados no sitio do IPMC CANINDÉ.

Link de acesso: <https://urx1.com/entidadescredenciadas>

4.7. ELABORAÇÃO DA CARTEIRA DE INVESTIMENTOS

4.7.1 Capacitação do Gestor de Recursos e membros do Comitê de Investimentos do RPPS

De acordo com o inciso II, do art. 8º-B, da Lei nº 9.717 de 1998, os responsáveis pela gestão dos recursos do RPPS devem possuir certificação e habilitação comprovadas em exame organizado por entidade autônoma de reconhecida capacidade técnica e difusão no mercado brasileiro de capitais.

Para o Exercício de 2023 foi devidamente atestada a certificação do Gestor de Recursos do IPMC CANINDÉ que também é a pessoa Ordenadora de Despesa, bem como Presidente do Comitê de Investimentos, no entanto os demais membros do Comitê de Investimentos não realizaram a sua devida certificação.

Link de acesso: <https://l1nq.com/certificadogestao>

4.8. CONFORMIDADE

Conformidade é o conceito que define as ações que são fundamentais para que uma empresa esteja de acordo com as normas, as legislações e boas práticas de seu segmento.

Durante o período deste relatório, fora realizado o monitoramento da conformidade das ferramentas de governança e programas de gestão da Autarquia como segue:

4.8.1. PRÓ-GESTÃO RPPS

O Programa de Certificação Institucional e Modernização da Gestão dos Regimes Próprios de Previdência Social da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios - Pró-Gestão RPPS é um programa de certificação que tem por objetivo incentivar os institutos a seguirem as melhores práticas institucionais, visando maior controle interno, governança e transparência.

MANUAL DO PRÓ-GESTÃO RPPS – Após análise das ações, informações da Diretoria do IPMC CANINDÉ, com base nos princípios da governança corporativa e Manual do Pró-Gestão, as ações já estão sendo implementadas através de um planejamento técnico e o termos de Adesão já fora encaminhado a SPREV.

A tabela abaixo apresenta, de maneira detalhada, as ações necessárias à Certificação nível I e a avaliação do Controle interno a cada uma delas:

DIMENSÕES	Nº	DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE	STATUS
PRÉ-CERTIFICAÇÃO	1.1	Diagnóstico do IPMC	Concluído
	1.2	Adesão ao Pró-gestão	Concluído
	1.3	Responsabilidade dos Gestores (servidor responsável para acompanhamento das atividades)	Concluído
	1.4	Plano de Trabalho/Plano de Ação	Concluído
	1.5	Documentação do processo de certificação	Em andamento

DIMENSÕES	Nº	DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE	REQUISITOS	STATUS
CONTROLE INTERNO	2.1	Mapeamento das atividades das áreas de atuação	Área: Benefícios (concessão e revisão de aposentadorias e pensões)	Concluído
	2.2	Manualização da qualidade (atividades mapeadas que devem ser manualizadas.)	Benefícios (concessão e revisão de aposentadorias e pensões)	Concluído
	2.3	Capacitação e certificação básica.	Nivelamento das informações, capacitações e Gestor de Recursos	Em andamento
	2.4	Estrutura do Controle Interno	No ente federativo que atenda ao RPPS, com relatório semestral, e pelo menos 1(um) servidor capacitado. Documento com atribuições (portaria)	Concluído
	2.5	Política de Segurança da Informação	Abranger todos os servidores e prestadores de serviços que acessem informações do RPPS	Concluído
	2.6	Gestão e Controle da Base de Dados Cadastrais dos Servidores Ativos, Aposentados e Pensionistas	Recenseamento de aposentados e pensionistas (anual)	Concluído
			Recenseamento dos servidores ativos	Concluído
Ter e manter uma base de dados cadastrais dos servidores ativos, inativos e pensionistas			Concluído	



DIMENSÕES	Nº	DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE	REQUISITOS	STATUS	
GOVERNANÇA CORPORATIVA	3.1	Relatório de Governança Corporativo	Elaboração e publicação de relatório, com conteúdo mínimo variável por Nível I – ANUAL – Dados dos segurados	Concluído	
	3.2	Planejamento	Plano de Ação Anual, com metas Gestão de Ativos e Passivos	Concluído	
	3.3	Relatório de Gestão Atuarial	Elaboração do Relatório de Gestão Atuarial	Concluído	
	3.4	Código de Ética da Instituição	Conhecimento pelos servidores, conselheiros e membros dos Comitês, fornecedores e prestadores de serviço	Concluído	
	3.5	Políticas Previdenciárias de Saúde e Segurança do Servidor	Ações isoladas em saúde do servidor	Em andamento	
	3.6	Política de Investimentos	Relatórios mensais de investimentos	Concluído	
	3.7	Comitê de investimentos	3 membros vinculados ao ente federativo ou ao RPPS	Concluído	
	3.8	Transparência (publicações no site)	Composição da Carteira de Investimentos por segmento e ativo		Em andamento
			Acórdãos dos Tribunais de Contas referentes às Prestações de Contas		Em andamento
			Atas dos Conselhos Administrativo e Fiscal e do comitê de investimentos		Em andamento
			Avaliação Atuarial Anual		Concluído
			Apresentação de Certidões Negativas de Tributos		Concluído
			Código de Ética		Concluído
Cronograma das ações de educação previdenciária				Concluído	
Cronograma de reuniões dos conselhos e comitê de investimentos		Concluído			
Demonstrações financeiras e contábeis: a divulgação das demonstrações deverá ser realizada por meio da internet(semestral)		Concluído			



		Informações concernentes a procedimentos licitatórios e contratos administrativos	Concluído
		Link para acesso aos demonstrativos obrigatórios e extratos do CRP	Concluído
		Planejamento estratégico	Concluído
		Política de Investimentos	Concluído
		Relatórios do controle interno	Concluído
		Regimento interno e atas dos órgãos colegiados	Concluído
		Relação das entidades credenciadas na área de investimentos	Concluído
		Relatórios mensais e anual de investimentos	Concluído
3.9	Definição de limite de alçadas	Assinatura de dois responsáveis na área de investimentos	Concluído
3.10	Segregação das atividades – Atribuições no regimento interno	Segregação das atividades de habilitação e concessão de benefícios daquelas de implantação, manutenção e pagamento de benefícios	Concluído
3.11	Ouvidoria – Informações na página do IPMC com um link para Prefeitura	Disponibilizar no site canal de comunicação para ouvidoria	Concluído
3.12	Diretoria Executiva	Formação em nível superior	Concluído
3.13	Conselho Fiscal	Mínimo 1 representante do segurado	Concluído
3.14	Conselho Deliberativo	Mínimo 1 representante do segurado	Concluído
3.15	Mandato, Representação e Recondução	Definição em norma legal dos procedimentos de composição da Diretoria Executiva e dos Conselhos – proposta de plano de ação para mudança de lei	Concluído
		Mandato dos membros dos Conselhos com no mínimo 1 (um) e máximo 4 (quatro) anos	Concluído
3.16	Gestão de Pessoas	No mínimo 1 (um) servidor efetivo com dedicação exclusiva à unidade gestora do RPPS, ainda que cedido	Concluído

DIMENSÕES	Nº	DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE	REQUISITOS	STATUS
EDUCAÇÃO PREVIDENCIÁRIA	4.1	Plano de ação de capacitação	Formação básica em RPPS para servidores, dirigentes e conselheiros. Necessidade de treinamento	Concluído
			Treinamento aos servidores que atuam na área de concessão de benefícios	Concluído
	4.2	Ações de diálogos com os segurados e a sociedade	Cartilha previdenciária dirigida aos segurados	Concluído
			Audiência pública anual para divulgação do Relatório de Governança, dos resultados da Política de Investimentos e da Avaliação Atuarial.	Concluído

4.8.1. Mapeamento e Manualização de Processos

O mapeamento e a modelagem de processos são ferramentas gerenciais que permitem à organização conhecer e compreender os processos de negócio por ela executados (ou processos futuros a serem desenvolvidos), identificar informações, passos, responsáveis, fraquezas e potencialidades, construir indicadores de desempenho e aumentar sua eficácia e eficiência, com a melhoria do nível de qualidade dos produtos e serviços e do nível de satisfação do cliente.

A manualização é a introdução de normas e padrões nos processos, de acordo com padrões de conformidade (sejam normas técnicas, requisitos legais ou de qualidade), na produção de um bem ou serviço e tem como objetivo aprimorar os processos, bem como estabelecer normas para procedimentos, fixar classificações ou terminologias e mesmo definir a maneira de medir ou determinar as características de um produto ou serviço.

Durante o período avaliado por este relatório, foram analisados os processos de aposentadoria e pensão, e todos estão em conformidade com os processos de mapeamento e manualização existentes.

5. CONCLUSÃO E RECOMENDAÇÕES

Tendo em vista as situações analisadas nesse relatório de Controle Interno, listo as seguintes recomendações:

1. Obter esforços no sentido de regular todos os critérios exigidos para a obtenção do CRP.
2. Solicitar a adequação do Lei Orçamentária Anual, a fim de aumentar o crédito para cumprir as obrigações do RPPS.
3. Realizar constante atualização dos seguintes documentos no site da Autarquia:
 - a. Relatório de Gestão Atuarial;
 - b. Balancetes e relatórios de receita e despesa;
 - c. Procedimentos licitatórios e contratos;
 - d. Atas das reuniões dos colegiados;
 - e. Relatórios mensais e anuais de investimentos.
4. Contratar entidade certificadora para obter o nível I do Pró-Gestão RPPS.
5. Contratar entidade que realize a manutenção do nível I da certificação Pró-Gestão RPPS e preparação para a certificação nível II.
6. Apresentar o presente Relatório ao Conselho Deliberativo para apreciação.

É o Relatório.

CANINDE -CE, em 30 de junho de 2023.

Controlador Interno

